

**CAMPUS VILHENA**  
**CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA EAD**

**HAYSLLA MIKAELLA DO COUTO ARAÚJO**  
**SAMUEL SOARES DA COSTA**  
**ROSANE DE ALMEIDA LUCION**

**ECONOMIA DE ESCALA E QUALIDADE NA SAÚDE: O IMPACTO**  
**DOS CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS NA EFICIÊNCIA DA SAÚDE**  
**PÚBLICA**

**VILHENA – RO**  
**2025**

**HAYSLLA MIKAELLA DO COUTO ARAÚJO  
SAMUEL SOARES DA COSTA  
ROSANE DE ALMEIDA LUCION**

**ECONOMIA DE ESCALA E QUALIDADE NA SAÚDE: O IMPACTO  
DOS CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS NA EFICIÊNCIA DA SAÚDE  
PÚBLICA**

Artigo entregue como Trabalho de Conclusão de Curso ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), *Campus Vilhena*, como requisito parcial para obtenção do grau de Tecnólogo, junto ao Curso de Tecnologia em Gestão Pública, sob a orientação do professor Mestre Glicerinaldo de Sousa Gomes.

Vilhena, RO  
2025

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Gerador de Ficha Catalográfica do IFRO.

Araújo, Hayslla Mikaella do Couto.  
Economia de escala e qualidade na saúde: o impacto dos consórcios intermunicipais na eficiência da saúde pública / Hayslla Mikaella do Couto Araújo, Samuel Sores da Costa, Rosane de Almeida Lucion. - Vilhena, 2025.  
18 f.

Orientador(a): Prof. Me. Glicerinaldo de Sousa Gomes.

Trabalho de Conclusão de Curso (Superior de Tecnologia em Gestão Pública) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, Vilhena, 2025.

1. Consórcios intermunicipais. 2. Gestão pública. 3. Saúde pública.  
I. Costa, Samuel Sores da. II. Gomes, Glicerinaldo de Sousa (orient.).  
III. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. IV. Título.


**Bibliotecário(a) Responsável:** Rosilene Maria do Couto Marques, CRB-11/321

**HAYSLLA MIKAELLA DO COUTO ARAÚJO**  
**SAMUEL SOARES DA COSTA**  
**ROSANE DE ALMEIDA LUCION**

**ECONOMIA DE ESCALA E QUALIDADE NA SAÚDE: O IMPACTO  
DOS CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS NA EFICIÊNCIA DA SAÚDE  
PÚBLICA**


Artigo entregue como Trabalho de Conclusão de Curso ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), Campus Vilhena, como requisito para obtenção do grau de Tecnólogo, junto ao Curso de Tecnologia em Gestão Pública, sob a orientação do professor Mestre Glicerinaldo de Sousa Gomes.

Aprovado em: 27/10/2025 pela banca examinadora.

Documento assinado digitalmente  
 **GLICERINALDO DE SOUSA GOMES**  
Data: 27/10/2025 21:12:45-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


---

**Glicerinaldo de Sousa Gomes**  
**Orientador**

Documento assinado digitalmente  
 **GISELY STORCH DO NASCIMENTO**  
Data: 28/10/2025 18:43:11-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Gisely Storch do Nascimento**  
**Membro da Banca**

Documento assinado digitalmente  
 **FRANCISCO WENDERSON PEREIRA DE SOUZA**  
Data: 27/10/2025 21:17:25-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Francisco Wenderson Pereira de Souza**  
**Membro da Banca**

## **ECONOMIA DE ESCALA E QUALIDADE NA SAÚDE: O IMPACTO DOS CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS NA EFICIÊNCIA DA SAÚDE PÚBLICA**

Hayslla Mikaella do Couto Araújo<sup>1</sup>

Samuel Soares da Costa<sup>2</sup>

Rosane de Almeida Lucion<sup>3</sup>

Glicerinaldo de Sousa Gomes<sup>4</sup>

**RESUMO** - O Consórcio Intermunicipal de Saúde (CIS) tem como principal objetivo, ampliar e aperfeiçoar a oferta de serviços de saúde, regido pelos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS). A partir dessa escassez de estudos, qual o impacto dos consórcios intermunicipais na eficiência e na qualidade da saúde pública? Trata-se de estudo de revisão de literatura do tipo integrativa de abordagem qualitativa, cuja finalidade consistiu em reunir e resumir os estudos em formatos de artigos científicos já publicados sobre o tema proposto, visando atender os objetivos estabelecidos. Dentre as principais funções observadas, cabe destacar, a de gestão compartilhada de serviços de média e alta complexidade, a contratação de profissionais especializados, a aquisição conjunta de insumos de saúde e medicamentos, exames complementares, diagnósticos e de alto custo. Os consórcios intermunicipais de saúde representam um modelo de gestão pública de saúde inovador, promovendo a colaboração entre municípios para otimizar os recursos aplicados e garantir a prestação de serviços de saúde à população.

**Palavras-chave:** Consórcios intermunicipais. Gestão Pública. Saúde Pública.

**ABSTRACT** - The main objective of the Intermunicipal Health Consortium (CIS) is to expand and improve the provision of health services, governed by the principles and guidelines of the Unified Health System (SUS). Given this scarcity of studies, what is the impact of intermunicipal consortia on the efficiency and quality of public health? This is an integrative literature review with a qualitative approach, whose purpose was to gather and summarize studies in the form of scientific articles already published on the proposed topic, aiming to meet the established objectives. Among the main functions observed, it is worth highlighting the shared management of medium- and high-complexity services, the hiring of specialized professionals, and the joint procurement of health supplies and medications, complementary tests, diagnostics, and high-cost services. Intermunicipal health consortia represent an innovative public health management model, promoting collaboration between municipalities to optimize resources and ensure the provision of health services to the population.

**Keywords:** Intermunicipal consortia. Public Management. Public Health.

---

<sup>1</sup> Aluna do curso de Tecnologia em Gestão Pública do IFRO. E-mail: hayslla.couto98@gmail.com

<sup>2</sup> Aluno do curso de Tecnologia em Gestão Pública do IFRO. E-mail: sam.coletivojovem@gmail.com

<sup>3</sup> Aluna do curso de Tecnologia em Gestão Pública do IFRO. E-mail: rosanefran@hotmail.com

<sup>4</sup> Professor de TCC do curso de Tecnologia em Gestão Pública do IFRO e orientador do trabalho. Mestre em Gestão em Organizações Aprendentes, UFPB. E-mail: glicerinaldo@gmail.com.

## 1. INTRODUÇÃO

A garantia de acesso à saúde, muitas vezes por escassez de recursos, influencia muitos gestores a buscarem alternativas que contribuam para com o atendimento de forma integral, já que integralidade é um dos princípios preconizados pela constituição federal e a lei orgânica 8.080/90, sendo o consórcio intermunicipal de saúde uma das alternativas encontradas (Beltrão, 2022). O Consórcio Intermunicipal de Saúde (CIS) tem como principal objetivo, ampliar e aperfeiçoar a oferta de serviços de saúde, regido pelos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) (Flexa; Barbastefano, 2019).

Normalmente, o financiamento desses consórcios pode ocorrer de três formas: os recursos podem ser originados diretamente do SUS, ou provenientes das secretarias municipais de saúde ou através das quotas dos municípios consorciados (Grzelzak *et al.*, 2017). Geralmente essas quotas são definidas de acordo com os critérios populacionais ou a utilização dos serviços (Grzelzak *et al.*, 2017).

O CIS é considerado um importante instrumento funcional de gestão pelos poderes públicos das três esferas (federal, estadual e municipal) (Pereira, 2016). No entanto, a formação de consórcios públicos não obedece somente a uma regra predeterminada, mas sim aos interesses e disponibilidades de uma dada região, de caráter flexível, podendo atuar de diversos modos, permitindo a inclusão ou não de municípios (Beltrão, 2022). É importante lembrar que esse modelo de gestão é considerado um mecanismo de cooperação que excede os limites territoriais e administrativos dos municípios e a sua participação é uma escolha autônoma (Lui; Lima; Aguiar, 2022).

Os consórcios tendem a aumentar a eficiência e a qualidade nos serviços ofertados à população devido aos reflexos apresentados, como na melhoria da qualidade de atendimento, diminuição em filas de unidades de saúde, melhorias constantes das instalações, na oferta de atendimento especializado e na satisfação geral da população (Flexa; Barbastefano, 2019). Segundo as atualizações do mapeamento dos dados dos consórcios cadastrados na base do Observatório Municipalista de Consórcios públicos da Confederação Nacional dos Municípios, em 2023 existiam 723 consórcios públicos finalitários distribuídos pelo país, divididos em cinco áreas temáticas, onde destacam-se a área da saúde (Média e Alta

Complexidade); (Outros); (Compra de Medicamentos) e Saneamento (Resíduos Sólidos) (CFN, 2023).

A lacuna de estudos consolidados na literatura científica, sobre os resultados desses consórcios, acaba por dificultar a real compreensão de suas contribuições e limita a possibilidade de aprimoramento dessas iniciativas. A partir dessa escassez de estudos, qual o impacto dos consórcios intermunicipais na eficiência e na qualidade da saúde pública?

Apesar da implementação deste modelo com o objetivo de melhorar a gestão e a eficiência dos serviços de saúde pública, há grandes e significantes desafios em sua operacionalização e na avaliação de seus impactos reais, sejam eles na qualidade ou no acesso aos serviços de saúde. Portanto, o objetivo geral da pesquisa consiste em analisar os impactos dos consórcios intermunicipais na saúde pública, quanto as suas características econômicas e eficiência.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Subfinanciamento da Saúde**

O financiamento da saúde pública no Brasil é uma preocupação que rodeia todos os gestores e demais envolvidos na construção e manutenção do sistema público de saúde, já que, garantir o atendimento integral, universal e gratuito em um cenário orçamentário restrito, visto que o país de proporção continental enfrenta inúmeras desigualdades sociais e regionais, revela-se a dificuldade de alocação dos recursos de maneira quase equânime pautas de discussão nas agendas de gestores pertencentes as três esferas do governo do SUS (Grzelzak *et al.*, 2017).

Quando se trata de financiamento pelo SUS, a Lei Complementar n. 141/2012 que mantém a fórmula de cálculo da Emenda Constitucional n. 95, aponta que a União precisa investir na saúde o mesmo valor investido no ano anterior, com correções do PIB (Carvalho *et al.*, 2022). Nos estados, o percentual mínimo de investimento corresponde a 12% de suas próprias receitas, já para os municípios o percentual mínimo corresponde a 15% do total de suas receitas (Cunha, 2021).

Sabe-se que os estados e municípios, que são os executores das políticas públicas, conforme disposto no artigo 30 da Constituição Federal de 1988, foram cada

vez mais refinados com os recursos transferidos da união, acabando por possuir cada vez menos poder de ação e com mais responsabilidades das respostas (Vieira, 2020).

Sendo assim, a criação dos Consórcios Públicos busca atender às necessidades regionais de forma individualizada, através da descentralização dos programas estruturadores objetivando acolher a crescente responsabilidade das mudanças do perfil epidemiológico da população, oferecendo o acesso aos meios de saúde (Gomides, 2018).

## **2.2 Principais Desafios dos Consórcios Intermunicipais de Saúde**

As demandas para os problemas em saúde podem sofrer variações de região para região, e os consórcios entram na jogada para mobilizar os atendimentos de acordo com as realidades locais, com ênfase nas características geográficas quanto às doenças endêmicas, situações de saneamento, entre outros (Andrade *et al.*, 2020). O estudo de (De Moraes *et al.*, 2021), destacou um comparativo da dinâmica entre os municípios inseridos no Consórcio Intermunicipal de Saúde (CIS) e os Municípios Isolados, onde é possível notar o trabalho coletivo, o maior poder de negociação na mobilização de recursos além de melhor alocação destes entre os municípios inseridos em CIS.

Sobretudo na transferência de pacientes com necessidades urgentes, melhora na logística e suporte às necessidades locais, e também na aquisição de equipamentos, todos esses pontos contribuindo diretamente para com o aumento da eficiência na prestação de serviços públicos ao cidadão (Lui; Schabbach; Nora, 2020).

Dentre os desafios mencionados no mesmo estudo de De Moraes *et al.*, 2021, destaca-se a ausência de confiança entre as parcerias quanto ao não cumprimento e/ou interpretação da legislação pertinente e do contrato que somados a baixa capacidade técnica e institucional dos consórcios com municípios mais vulneráveis economicamente tornam-se opções de subinteresse na gestão.

Portanto, é frequentemente descrito em literatura que o principal desafio dos gestores que participam de consórcios públicos, sobretudo na área da saúde, é gerir os demais membros da equipe para que cumpram com o estabelecido em contrato, com destaque para as situações financeiras da grande maioria dos municípios que integram os grupos de CIS (Andrade *et al.*, 2020).

### 3. METODOLOGIA

Trata-se de estudo de revisão de literatura do tipo integrativa de abordagem qualitativa, cuja finalidade consistiu em reunir e resumir os estudos em formatos de artigos científicos já publicados sobre o tema proposto, visando atender os objetivos estabelecidos. Esse tipo de pesquisa pretende determinar um conhecimento dentro de uma temática específica, seguindo passos metódicos de identificação do tema, análise dos dados e síntese dos resultados de estudos independentes sobre o mesmo assunto (Souza; Silva; Carvalho, 2010).

As buscas foram realizadas através de estudos indexados em base de dados científicas como a Google Scholar, Scientific Eletronic Library Online (SCIELO), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e PubMed, através de publicações entre os períodos de 2018 a 2024 de estudos em língua portuguesa, a partir dos seguintes descritores, cadastrados nos Descritores em Ciências (DeCS): Saúde Pública; Administração em Saúde; Consórcio Intermunicipal em Saúde; Parcerias para a Promoção em Saúde. Com seus respectivos cruzamentos entre os operados booleanos “AND” e “OR”.

Para análise dos estudos foram definidos como critérios de inclusão, somente os artigos científicos publicados na íntegra, nos últimos 06 anos e que apresentassem resultados da implementação dos consórcios intermunicipais na gestão em saúde de regiões brasileiras, destacando suas principais funções e atividades desenvolvidas comprovando sua eficiência nos serviços de saúde pública. Assim, ficou definido como critério de exclusão, todas as publicações duplicadas em bases de dados ou que não estivessem publicadas na íntegra e fora do período de análise, e também aquelas que não apresentassem resultados da implementação dos consórcios intermunicipais em regiões brasileiras.

Para a seleção dos estudos, foram definidas duas etapas, na primeira, foram lidos todos os títulos e resumos dos artigos encontrados, sendo selecionados somente aqueles que respondessem à questão norteadora e que se enquadrassem nos critérios de inclusão. Na segunda etapa, os estudos foram submetidos a leitura minuciosa para a coleta dos seguintes dados: autor e ano de publicação, título, metodologia e objetivos, resultados e conclusão para que em seguida, seja apresentada uma análise descritiva reunida em tópicos para melhor compreensão e discussão dos achados.

## 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 4.1 O Consórcios Intermunicipais de Saúde da integração à prestação de serviços

Após aplicar os termos de busca foram encontrados aproximadamente 300 estudos publicados nas bases de dados selecionadas, após aplicação dos critérios de inclusão e exclusão foram selecionados 8 estudos para compor a amostra desta pesquisa, conforme tabela 1.

A análise documental e bibliográfica quanto a presença dos CIS permitiu identificar que esse conjunto de municípios em cooperação surgem para viabilizar a realização de ações e serviços de saúde de forma compartilhada, responsabilizando financeiramente todos os municípios associados. O presente estudo evidenciou ainda que os CIS desempenham papel estratégico na coordenação regionalizadas da gestão das políticas públicas de saúde, sobretudo em regiões com limitações orçamentárias e carências de infraestrutura técnico-assistencial.

**Tabela 1.** Estudos selecionados para compor a amostra da revisão

AUTOR/ANO	TÍTULO	METODOLOGIA	OBEJTIVOS	RESULTADOS
Lui, Lima & Aguiar /2022	Uma análise dos consórcios intermunicipais de saúde do estado do Rio Grande do Sul	Foram realizadas entrevistas com os secretários executivos dos consórcios	Compreender de que modo opera a dinâmica de cooperação intermunicipal no Brasil e de que forma os consórcios se inserem na estrutura da regionalização da saúde.	Em todos os consórcios investigados, identificou-se um discurso semelhante em relação aos motivos que levaram à criação de tais organizações, quais sejam: a demanda da população por serviços de saúde e a frágil situação financeira e técnica dos municípios, principalmente os de pequeno porte.
Andrade et al. /2020	Potencialidade e limitações do consórcio intermunicipal de saúde na opinião dos usuários	Abordagem qualitativa fundamentada no Materialismo Histórico e Dialético. Participaram 20 usuários que buscavam os serviços do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Curimataú e Seridó Paraibano no polo de Cuité-Paraíba no mês de setembro de 2018. Por meio de roteiro semiestruturado	Conhecer as potencialidades e limitações do consórcio intermunicipal de saúde na opinião dos usuários do polo de Cuité, Paraíba.	Com base na análise das falas foram observadas duas categorias empíricas: “Melhoria do acesso da população às consultas médicas especializadas e exames diagnósticos” e “Problemas na infraestrutura e demora no tempo de espera para a consulta no consórcio”.

		foram coletados os dados.		
Gomides /2023	Implantação do Primeiro Consórcio Intermunicipal da Saúde no Estado de Goiás: Região Oeste II de São Luís de Montes Belos	O trabalho examina e descreve alguns pontos que envolveram o processo de estabelecimento do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Oeste II do Estado de Goiás – CISO II, transitando por assuntos correlatos, como a legislação regulamentadora e os problemas mais comuns enfrentados pelos gestores nesse caminho.	Aferir os impactos da criação do CISO II no campo da saúde, com as finais considerações.	A utilização do consórcio propicia, além da integração permanente dos municípios e o fortalecimento regional, economia de recursos públicos que se reverte em maior poder de atendimento das necessidades de saúde, o que deve ser monitorado e avaliado no tempo.
Gomides /2023	Estratégias e desafios dos consórcios intermunicipais de saúde: um estudo de caso comparativo dos CIS no estado do Paraná e o processo de consorciamento no estado de Goiás.	O trabalho foi organizado metodologicamente em duas etapas, a saber: teórica e empírica. A coleta dos dados ocorreu por meio de pesquisas de campo orientadas por entrevistas semiestruturadas, realizadas nos Consórcios Intermunicipais de Saúde de Goiás e nos Consórcios Públicos de Saúde no Paraná, previamente selecionados.	O objetivo principal deste artigo consiste em compreender: Quais os obstáculos para a estruturação e gestão dos Consórcios Intermunicipais de Saúde no Estado de Goiás?	Com base em estudos realizados e graças ao trabalho empírico, ficou evidenciado que a participação do governo estadual no processo de constituição e expansão dos CISs nas regiões de saúde é fator preponderante, seja pelo grau de determinação política e liderança, como também, deve constar na agenda de governo, pois somente o arcabouço jurídico, mesmo com todas as prerrogativas para o consorciamento, não é suficiente para sua efetividade e, muito menos, para sustentabilidade dos CISs.
Beltrão /2022	Da baixa capacidade estatal à cooperação: uma análise do impacto dos consórcios intermunicipais de saúde de Minas Gerais.	Foram escolhidas como parâmetros de aferição a produção ambulatorial municipal, a produção ambulatorial dos consórcios e a produção hospitalar.	Analisar, à luz da capacidade municipal estatal, o impacto dos Consórcios Intermunicipais de Saúde (CIS) na política de saúde do estado de Minas Gerais, entre os anos 2017 e 2021.	Entre os três parâmetros analisados, apenas a produção ambulatorial aumentou no período considerado (30,43%). A produção ambulatorial municipal reduziu 22,9% e a produção hospitalar se manteve praticamente constante. A Correlação de Pearson entre a produção ambulatorial e a produção dos consórcios foi acima de 0,46, portanto de moderada a alta, o que evidencia estarem esses parâmetros correlacionados.
Filippim, Moreira &	Consórcios Públicos e Desenvolvim	Pesquisa qualitativa, por meio do estudo de caso do Consórcio	Investigar a formação e a institucionalização deste tipo de consórcio.	Foi possível observar que o CIS tem alcançado os objetivos da cooperação

Cetolin /2018	ento: o caso do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina	Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS-Amosc.		intermunicipal para a efetivação de parte da política de saúde, gerando economicidade e resolutividade.
Pereira & Moreira /2016	A influência dos consórcios intermunicipais de saúde no índice de firjan de desenvolvimento municipal (IFDM).	Utilizou-se o modelo de regressão com dados em painel logit ordenado para os períodos de 2005, 2009 e 2011, com 5.118 municípios em cada ano.	Verificar, empiricamente, se a participação dos municípios brasileiros em consórcio público intermunicipal de saúde (Cpis) contribui para a melhoria do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal – área de desenvolvimento Saúde (IFDM-SA)	Os resultados mostraram que o Cpis influencia positivamente a probabilidade de o município mudar para níveis mais elevados do IFDM-SA. Os municípios têm até 14% de chances de melhorar o nível do IFDM-SA, caso participem de Cpis.
Grzelzak <i>et al.</i> 2017	A importância dos consórcios intermunicipais de saúde	Revisão de literatura	Abordar algumas características e concepções sobre os consórcios intermunicipais de saúde (CIS), bem como sua relação como ferramenta de gestão e desenvolvimento regional para solucionar os problemas de saúde local, refletindo na melhoria da qualidade de vida da população.	Observou-se que, os CIS são importantes instrumentos que ampliam e aperfeiçoam a oferta dos serviços de saúde, aonde podemos observar uma grande evolução desta ferramenta desde os anos 70.

**Fonte:** Elaborado pelos autores, 2025.

Dentre as principais funções observadas, cabe destacar, a de gestão compartilhada de serviços de média e alta complexidade, a contratação de profissionais especializados, a aquisição conjunta de insumos de saúde e medicamentos, exames complementares, diagnósticos e de alto custo. A gestão compartilhada também pode auxiliar na articulação das logísticas de transporte sanitários. Tais atividades de gestão revelam uma perspectiva funcional que superam a simples soma de esforços municipais, apontando para a racionalização do sistema, estando orientados sob os princípios de regionalização e integralidade exigidos pelo Sistema Único de Saúde.

Os achados da literatura confirmam essa função integradora entre os pilares exigidos e as ações realizadas, uma vez que, os consórcios atuam, de modo geral, como mecanismos de superação da fragmentação assistencial, o que leva a promoção de maior equidade no acesso aos serviços, atendendo a outro pilar do SUS (Grzelzak *et al.*, 2017).

Quanto à análise dos impactos dos consórcios na eficiência dos serviços prestados, os dados inferem que a principal vantagem obtida nesse modelo de gestão pública está na economia de escala obtida por meio da centralização de processos burocráticos de aquisição ou implantação de algum serviço e compartilhamento dos custos entre os municípios participantes.

A análise comparativa entre municípios consorciados e não consorciados revelou uma redução significativa nos gastos per capita através da terceirização dos serviços e da duplicação de equipamentos e profissionais para melhor atender a demanda de usuários do sistema, colocando esse modelo de gestão, dentre os melhores quanto a melhor alocação dos recursos públicos. Conforme explorado no estudo de Lui, Lima & Aguiar (2022), que foram apresentados 16 consórcios intermunicipais, sendo estes, exclusivos de saúde e também, em associação a outras grandes áreas como meio ambiente, agricultura, segurança pública, desenvolvimento regional e turismo, e conta ainda com a participação de variado número de municípios consorciados sendo, por exemplo, como no CP Sinos a participação de 7 municípios, até 40, como no CP Cisa.

A lógica da economia de escala se confirma na medida em que os consórcios públicos permitem a diluição de custos fixos entre os entes que o integram, viabilizando assim, a manutenção das estruturas especializadas – como por exemplo, os centros de diagnósticos por imagem, serviços odontológicos de alta complexidade ou implantação de Serviço Móvel de Atendimento de Urgência – que quando isoladas, se tornam ações inviáveis para municípios de pequeno porte e quando integradas a municípios de porte maior, sobrecarregam o sistema, de modo, a gerar transtornos na qualidade e eficiência da prestação de tal serviço (Filippim; Moreira; Cetolin, 2018; Gomides, 2023; Camilo *et al.*, 2023).

Quando questionado aos participantes da pesquisa de Lui, Lima & Aguiar (2022), os reais motivos que levaram à criação destes, a resposta foi quase unânime para a alta demanda da população por serviços de saúde e a frágil situação financeira e técnica dos municípios. Sendo assim, tal eficiência operacional não deve se limitar aos aspectos financeiros, mas também à gestão do tempo de resposta do sistema, à previsibilidade orçamentária e à ampliação da cobertura assistencial. Todavia, a ausência de indicadores padronizados ainda implica na mensuração objetiva do desempenho consorciado em nível nacional.

Quanto à influência dos consórcios na qualidade dos serviços de saúde ofertados, os resultados encontrados demonstram que, ainda que haja uma tendência positiva na ampliação do acesso e na continuidade dos cuidados em saúde, a percepção da qualidade ainda sofre interferência de variáveis, como a capacidade e modo de governança local, as formas de articulação regional e o perfil epidemiológico da população atendida que reflete diretamente na falta de indicadores eficientes para análise e intervenções buscando otimizar a aplicação deste modelo de gestão.

Em regiões cujos consórcios contam com estruturas administrativas mais evoluída profissionalmente e com maior apoio técnico-estadual, é possível observar avanços significativos na qualificação dos serviços prestados, enfatizando a estruturação de protocolos clínicos, melhorias na logística de encaminhamentos e padronização de fluxos na assistência em saúde. Como no estudo de Pereira (2016), que demonstrou excelente alternativa para que os municípios possam, conjuntamente, aumentar a oferta de serviços públicos e melhorar a qualidade de vida da população.

A investigação de Andrade *et al.* (2020), reuniu dados coletados de 20 usuários que usufruíam dos serviços prestados pelos CIS de uma região da Paraíba, esses dados apontaram considerável satisfação dos usuários para com os serviços ofertados, uma vez que se tratava de consultas e exames com médicos especialistas, que se realizados no setor privado, representariam alto custo para o usuário. Outro questionamento importante nessa pesquisa abordou os problemas na infraestrutura e demora no tempo de espera para a consulta, deixando claro a insatisfação com a falta de local apropriado e fixo para realização dos atendimentos e também as limitações presentes no intervalo de tempo entre a marcação e a consulta (Andrade *et al.*, 2020).

E assim, em regiões onde se prevalece a instabilidade institucional ou desamparo, ou seja, descontinuidade de políticas locais, nota-se o comprometimento da qualidade dos serviços prestados. É importante destacar que, a qualidade em saúde, não se resume a parâmetros estruturais ou de acesso, mas envolve a efetividade dos serviços, a satisfação dos usuários e soma-se ainda a resolutividade clínica, grandes aspectos que também apontam para a falta de instrumentos mais apurados de avaliação no contexto consorciado (Gomides, 2020).

No que tange aos principais desafios enfrentados pelos CIS e às recomendações para sua melhoria, identificou-se que os obstáculos mais recorrentes dizem respeito à inconstância regulatória, ou seja, à falta de previsibilidade e

segurança nas leis e regras que abrangem os consórcios públicos (Beltrão, 2022). E também, à fragilidade na governança interfederativa e à assimetria de participação entre os municípios envolvidos.

É fato que muitos municípios ainda apresentam resistência à cooperação regional, tendo como base de motivos, as disputas político-partidárias ou também influenciados pela percepção de perda de autonomia decisória. Além disso, a ausência de mecanismos federais esclarecidos de financiamento específico para os consórcios, acaba por dificultar a sustentabilidade financeira dessas iniciativas, levando à dependência de recursos pontuais ou o estabelecimento de convênios temporários.

Estados como o de Minas Gerais, segundo o estudo de Beltrão (2022), o percentual de cobertura por CIS é considerada elevada, sobretudo quando comparada à de outros estados da federação. Portanto, ressalta-se que a necessidade de fortalecimento institucional por meio de marcos regulatórios mais robustos, capacitação técnica das equipes gestoras, estímulo à participação social nas decisões consorciadas e a institucionalização de sistemas de monitoramento e avaliações permanentes é considerada de grande urgência, já que são lacunas encontradas neste levantamento.

A criação de indicadores de desempenho e qualidade, da implantação à prestação dos serviços, específicos para os consórcios públicos, é uma recomendação para aprofundar uma análise mais precisa da efetividade desse modelo de gestão, contribuindo para com as intervenções, propostas e aprimoramento contínuo das ações em saúde pública regionalizada.

#### **4.2 Consórcios intermunicipais de saúde no Cone Sul de Rondônia**

Segundo o IBGE, a região do Cone Sul de Rondônia é composta por 7 municípios, sendo eles: Vilhena, Colorado do Oeste, Cerejeiras, Pimenteiras do Oeste, Corumbiara, Chupinguaia e Cabixi. Sendo Vilhena o município mais populoso, seguido por Colorado do Oeste e Cerejeiras.

Ao realizar as buscas online sobre os consórcios intermunicipais de saúde no estado de Rondônia, notou-se a existência de um único Consórcio Intermunicipal, denominado CIMCERO – Consórcio Intermunicipal da Região Centro Leste do Estado de Rondônia, criado em 1997 para apoiar o desenvolvimento dos municípios da região

central do estado, atualmente é integrado por 47 municípios, sendo a sua sede no município de Ji-Paraná. Este atua em diversas áreas, contribuindo com as gestões administrativas de prefeituras e com o desenvolvimento do Estado de Rondônia.

Como mencionado anteriormente, o CIMCERO atua em diversas áreas, não sendo exclusivo da saúde o que pode ocasionar impactos nos serviços ofertados, uma vez que a situação financeira é disputada com as demais áreas como o meio ambiente, agrícolas, resíduos sólidos urbanos, dentre outras. Dentre os municípios participantes, Vilhena e Chupinguaia que pertencem à região de Cone Sul do estado não integram tal consórcio.

Numa rápida busca na página web do CIMCERO, as ações em saúde encontradas consistem em um projeto intitulado como Cimcero Saúde Rede Credenciada, é um conjunto de prestadores de serviços de saúde, que inclui clínicas, laboratórios, médicos e outros profissionais de saúde com até 40% de desconto e conta com benefícios, como a variedade de serviços, qualidade no atendimento, facilidade de acesso, suporte integral, transparência e confiança, e o mais importante, zero mensalidade. No entanto, os serviços são prestados em uma minoria de municípios, sendo somente Cacoal, Ji-Paraná, Ministro Andreazza, Rolim de Moura e São Miguel. É um projeto interessante, ainda que o usuário tenha que investir financeiramente, pois de certo modo, existe “adesão” por parte do usuário.

Contudo, sabe-se que Vilhena é considerado o município de maior porte dentre os participantes dessa região, e que este acaba sendo um município de suporte para as demandas de média e alta complexidade em saúde, pois conta com Hospital Regional com UTI adulto e Neonatal, centro cirúrgico avançado, pronto-socorro especializado, além, de atendimentos de diversas especialidades como a neurologia, psiquiatria, ginecologia e obstetrícia, oftalmologia e etc., além de uma Unidade de Pronto Atendimento que serve como porta de entrada aos serviços de urgência e emergência prestados no município.

Embora, seja um serviço com amplas áreas de atendimento, a prestação torna-se precária devido à sobrecarga de demanda no sistema municipal. Pois, na prática do dia a dia, nota-se que a alta demanda leva a superlotação das instituições em que são prestados os serviços, refletindo nas listas de esperas infinitas para consultas especializadas e realização de exames complementares.

Assim, a partir da análise das principais funções e atividades dos consórcios públicos, com análise aprofundada dos impactos na eficiência dos serviços prestados

com grande influência na qualidade dos serviços oferecidos, a reflexão que fica é por quê ainda não foi criado um consórcio intermunicipal nesta região que possui alta demanda de serviços especializados?

São 07 municípios que com apoio do estado, ao se reunirem, podem descentralizar os serviços prestados na média e alta complexidade, ampliando o acesso à população com mais eficiência e qualidade. Tendo em vista que, muitos pacientes que se deslocam de municípios vizinhos para Vilhena para realização de consultas e exames, são pacientes eletivos que acabam enfrentando longas filas de espera.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os consórcios intermunicipais de saúde representam um modelo de gestão pública de saúde inovador, promovendo a colaboração entre municípios para otimizar os recursos aplicados e garantir a prestação de serviços de saúde à população. Contudo, a efetividade desse modelo de gestão ainda não é plenamente compreendida, haja visto, que o estudo foi justificado pela necessidade da análise sobre os impactos dos consórcios intermunicipais, fornecendo evidências que pudessem orientar políticas públicas e aprimorar a gestão de saúde.

O avanço das barreiras e lacunas presentes e a compreensão dos desafios enfrentados por esses consórcios podem auxiliar no desenvolvimento de estratégias para superar obstáculos e maximizar os benefícios dessa colaboração intermunicipal. Estimulando o raciocínio crítico dos consórcios já instalados e as regiões que podem se beneficiar de uma futura instalação.

Portanto, a pesquisa não contribuiu somente para com a literatura acadêmica e científica, mas também para com a prática da gestão pública de saúde, beneficiando gestores, profissionais de saúde, a comunidade e, principalmente, os usuários do sistema único de saúde como um todo, já que são os principais afetados.

## **REFERÊNCIAS**

ANDRADE, L. D. F. D. et al. Potencialidades E Limitações Do Consórcio Intermunicipal De Saúde Na Opinião Dos Usuários. **Educação, Ciência e Saúde**, v. 7, n. 1, 28 jun. 2020.

BELTRÃO, R. DE S. Da baixa capacidade estatal à cooperação: uma análise do impacto dos consórcios intermunicipais de saúde de Minas Gerais. **Escola de PP e Governo da Fundação Getúlio Vargas**. 27 jun. 2022.

CAMILO, Mateus William *et al.* Os desafios da implementação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) por meio dos consórcios intermunicipal de saúde: uma revisão da literatura. **Peer Review**, v. 5, n. 26, p. 393–407, 19 dez. 2023

CARVALHO, F. F. B. DE et al. As práticas corporais e atividades físicas na gestão tripartite do SUS: estrutura organizacional, financiamento e oferta. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, p. 2163–2174, 27 maio 2022.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICIPIOS. Mapeamento dos consórcios públicos brasileiros em 2023. **ESTUDOS TÉCNICOS. CFN**. Disponível em: <<https://cnm.org.br/biblioteca/exibe/5539>>. Acesso em: 07 jun. 2024.

CUNHA, J. R. A. O (Des)Financiamento Do Direito À Saúde No Brasil: Uma Reflexão Necessária. **Revista de Direitos Sociais, Seguridade e Previdência Social**, v. 7, n. 1, p. 59, 17 ago. 2021.

FLEXA, R. G. C.; BARBASTEFANO, R. G. Consórcios públicos de saúde: uma revisão da literatura. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 325–338, 20 dez. 2019.

GOMIDES, E. F. C. **Implantação do Primeiro Consórcio Intermunicipal da Saúde no Estado de Goiás**: Região Oeste II de São Luís de Montes Belos. [s.d.].

GRZELZAK, M. T. et al. A Importância Dos Consórcios Intermunicipais De Saúde. **South American Development Society Journal**, v. 3, n. 07, p. 196–205, 10 abr. 2017.

LUI, L.; SCHABBACH, L. M.; NORA, C. R. D. Regionalização da saúde e cooperação federativa no Brasil: o papel dos consórcios intermunicipais. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 5065–5074, 4 dez. 2020.

MORAIS, R. de et al. Vantagens E Desafios Dos Consórcios Intermunicipais De Saúde: Um Ensaio Teórico. RDE - **Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 2, n. 49, 30 out. 2021.

PEREIRA, G. A. A Influência Dos Consórcios Intermunicipais De Saúde No Índice Firjan De Desenvolvimento Municipal (Ifdm). **Planejamento e políticas públicas**. n. 46, 2016.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein (São Paulo)**, v. 8, p. 102–106, mar. 2010.

VIEIRA, F. S. O financiamento da saúde no Brasil e as metas da Agenda 2030: alto risco de insucesso. **Revista de Saúde Pública**, v. 54, p. 127, 12 dez. 2020.